



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

---

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

**Política de Assistência Estudantil e família monoparental feminina preta e pobre:  
quando a mãe é a cumeeira da casa<sup>1</sup>**

**Maria Asenate Conceição Franco<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo reflete sobre a condição social da mulher - mãe - negra - pobre e provedora principal do grupo doméstico com presença ou ausência do cônjuge no domicílio. A pesquisa é qualitativa e exploratória. O aporte teórico advém das discussões levantadas pela literatura do Serviço Social e interface com a educação, família e pobreza e; da epistemologia feminista negra possibilitará as reflexões sobre gênero, racismo antinegro estrutural e sexismo patriarcal. Espera-se que estas reflexões críticas sobre a condição das mães de estudantes, responsáveis pela manutenção familiar ampliem as discussões do objeto desta pesquisa e contribua para visibilidade das condições impostas quando se é mulher-mãe, negra e pobre.

**Palavras-chave:** Família Monoparental Feminina; Serviço Social; Pobreza; Sexismo Patriarcal; Racismo Antinegro.

**Student Assistance Policy and Female Black and Poor Single Parent Family:  
When the mother is the head of the house**

**Abstract:** This article reflects on the social condition of the woman - mother - black - poor and main provider of the domestic group with the presence or absence of the spouse at home. The research is qualitative and exploratory. The theoretical support comes from the discussions raised by the Social Work literature and interface with education, family and poverty and; of black feminist epistemology will enable reflections on gender, structural anti-black racism and patriarchal sexism. It is hoped that these critical reflections on the condition of mothers of students, responsible for family maintenance, will broaden the discussions of the object of this research and contribute to the visibility of the conditions imposed when one is a woman-mother, black and poor.

**Keywords:** Female Single Parent Families. Social service. Poverty. Patriarchal sexism. Anti-Black Racism.

### **1.0 Breves considerações sobre Serviço Social**

O Serviço Social, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho situada na reprodução das relações sociais, desenvolve ações junto à família, desde a emergência da profissão. Contudo o trabalho profissional de controle social pautava-se pelo aporte teórico-metodológico da matriz positivista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). O problema social entendido como problema familiar psicologizante de raiz conservadora,

---

<sup>1</sup> O artigo foi publicado, originalmente, no ebook Serviço Social, Educação e Assistência Estudantil: Diálogos contemporâneos. - 1. ed. – Ananindeua : Itacaiúnas, 2022.

<sup>2</sup> Pós- doutoranda em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA/PPAU) Doutora em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo (UFBA/PPGNEIM; pós- doutoranda em arquitetura e urbanismo) e assistente social do IFBaiano. E-mail:masenatecf@gmail.com.

respaldava-se pela intervenção profissional que priorizava a formação sociofamiliar com vista à solução de problemas sociais, morais e materiais de modo individualizado.

A implantação de grandes instituições sociais nos anos 1940, após o surgimento primário das Escolas de Serviço Social na década de 30, teve como trabalho social o cuidado assistencialista junto a família entendida como *desajustada, carente e passiva*, principalmente pelos acontecimentos históricos em decorrência da Segunda Guerra e transformações, a nível econômico, social e político. Período marcado pela intervenção do Estado junto às multífaces da *questão social* entendida como manifestação da classe trabalhadora como categoria politizada e reconhecadora de sua inserção na sociedade capitalista a partir da venda de sua força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

A educação como campo de atuação profissional de assistentes sociais acompanha as transformações societárias (IAMAMOTO, 2009; TEIXEIRA, 2000). Novas demandas emergem com a implantação do Programa Nacional da Assistência Estudantil para garantia da permanência, melhoria e êxito no desempenho acadêmico de sujeitos e sujeitas que acessam a educação formal.

O espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na Educação tem contribuído para ascensão cultural de jovens em geral e em particular juventude afrodescendente. A proposta discorre sobre a intersecção entre assistência estudantil, Serviço social na educação e família monoparental feminina discutida a partir da sinalizadora ‘provisão das despesas domésticas’, apresentado durante o processo seletivo para concessão de auxílios assistenciais dispostos na Política da Assistência Estudantil do IFBAIANO originária da Política Nacional da Assistência Estudantil- PNAES (BRASIL, 2010). Os anos de 2021 a 2023 são parâmetros cronológicos para a análise da categoria mulher-mãe chefe de família.

## **2.0 Assistência Estudantil, Serviço Social na educação e Família vulnerável.**

Assistência estudantil como política de proteção social menos universal e intensa focalização que expressam o conservadorismo e a alienação enquanto marcadores do Serviço Social apolítico, com resposta prontas, ações imediatas, alienantes e alienadas (MARTINELLI, 2011). Prevalência de ações paliativas, pontuais, pulverizadas (YAZBEK, 2009; 2016).

Neste sentido, a assistência estudantil como ação profissional que visa contribuir para a garantia, promoção e inclusão social de estudantes regulares através da educação direito social (BRASIL, 2010) ao materializar-se desvinculada da mediação constituída como processo interventivo da dimensão técnico- operativa diante da trama das relações sociais e enfrentamento à *questão social* visível no cenário brasileiro, a partir do agrupamento de problemas sociais, políticos e econômicos possibilitados pelo surgimento da classe operária, explorada pela classe burguesa, ao vender sua força de trabalho (PASTORINI, 2007); da crítica à realidade social dinâmica, mutável na ação política de refletir sobre a instrumentalidade profissional e ir além do imediatismo diante do seu objeto de trabalho e romper com o pragmatismo alternativo ora messiânico ora fatalista. É conscientizar-se de sua capacidade e autonomia profissional frente a intervenção no espaço sócio-ocupacional (MELO, 2019; GUERRA, 2007).

De certo, a/o assistente social comprometido com o Projeto Ético Político Profissional-PEPP, desenvolve suas ações socioassistenciais, de modo crítico frente a realidade cotidiana, aqui e alhures, de estudantes e suas famílias, componentes do exercício profissional, embora sua ação política seja atravessada por embates institucionais, por exemplo desarmonia entre a oferta de auxílios e demandas sociais de estudantes, contudo a compreensão desse engessamento fatalista que frustra a esperança de estudantes que almejam serem assistidos e assistidas pelos programas estudantis paliativos. E sendo Serviço Social profissão de caráter interventivo, [...] necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional. (PONTES, 2000, p.43).

O olhar crítico para e, sobre a realidade social das demandas apresentadas por estudantes cuja mãe ocupa espaços de produção e reprodução social e se constitui a *cumeeira da casa*. Tais demandas são apresentadas espontaneamente, por vezes inenarráveis, não explícitas, mas adensam nas vivências estudantis via emoções e experiências pessoais não expressas nos documentos<sup>3</sup>. São partilhas apresentadas durante as entrevistas entre a assistente social, via contatos telefônicos quer sejam com estudantes,

---

<sup>3</sup> Comprovantes de residência, de renda, documentos pessoais, em resumo, na relação de documentos exigidos para inscrição dos processos seletivos de auxílios socioassistenciais da Assistência Estudantil.

quer sejam com as mães, estas em geral acompanham, sistematicamente, o percurso educacional de seus filhos e suas filhas.

Partindo da análise crítica sobre a política social, redesenhada a partir da contrarreforma do Estado no final do século XX, a família, compulsoriamente, assume a centralidade e responsabilização junto aos programas de transferência de renda que participam.

O desenvolvimento do trabalho profissional da/o assistente social inserido na dinâmica histórica da sociedade tem a família como sujeito das ações socioassistenciais (YAZBEK, 2020). Ao longo do processo sócio-histórico brasileiro, ações baseadas na doutrina social da Igreja Católica, marcaram essa relação de cunho moralista, tutelar e alienante. Mulheres da classe hegemônica e vocacionadas a filantropia e ao assistencialismo cujo vetor aponta para famílias pobres. A obediência e subalternidade das famílias despolitizadas, desprovidas de bens materiais e senso crítico da realidade social vigente, contribuíram para socialização secundária e ajustamento à estrutura social homogênea e alicerçada pelo discurso humanista cristã.

Destarte, a família na sua pluralidade, como é registrado na historiografia da mulher brasileira, famílias sem a presença masculina, constituída por mulheres e sua prole, como então denominada, nos documentos oficiais do século XVII, mulheres cabeças de fogo e prole (DIAS, 1995). Contudo o modelo patriarcal prevaleceu socialmente. Esse entendimento secundariza a inversão de papéis sociais de homens provedores e mulheres cuidadora, não obstante pesquisas feministas discutem a ambiguidade e complexidade da condição de mulheres provedoras com ou mesmo, sem a presença masculina. De certo há mulheres cujas mantém o grupo familiar, todavia reafirmam o papel social dos homens como provedor (MENDES, 2002; SARTI, 2006).

A família, no seu movimento de organização- desorganização e reorganização (CARVALHO, 2003) assume sua heterogeneidade (SARTI, 2006) em função das mudanças estruturais nos aspectos históricos, sociais, econômicas e, principalmente, no mundo do trabalho, por exemplo: desemprego exponencial, precarização nas formas de contrato trabalhistas sem garantias legais. É nesse cenário que emergem configurações familiares em que mulheres sendo as principais provedoras de domicílios são um

fenômeno social em expansão que pode ser atribuído a estas transformações, na medida em que a luta por assegurar a manutenção material se mostra mais intensa nas famílias de classes populares. Essas famílias possuem condições de sobrevivência precárias, ainda mais quando se trata de domicílios pobres chefiados por mulheres, nos quais a situação é mais grave, uma vez que essa mulher, geralmente, ocupa espaços laborais informais e acaba recebendo remunerações que não lhes garantem satisfação das necessidades básicas, a saber, moradia e alimentação dignas.

Ações de cunho protetivo são desenvolvidas através de políticas sociais, destaque, àquelas implantadas a partir da política econômica brasileira sob comando do neoliberalismo nos anos 1990. E, as famílias pertencentes à população negra<sup>4</sup>, são as mais atingidas pelo fenômeno social da pobreza e, de certo, demandantes do sistema de proteção social que enviesado pelo desmonte das políticas pública, não consegue atingir o grau de satisfação de quem o acessa. Esse amparo familiar denominado de *familismo*, estrutura a política social brasileira, sucateada, desmontada e não universalizada. A respeito desse processo de responsabilização da família, Mioto e Prá (2015, p. 172) enfatiza

Que a clareza em relação aos processos de responsabilização da família ocorridos nos mais diversos níveis de da política social, é essencial para o exercício profissional dos assistentes sociais. Considerando que os serviços sociais são os espaços privilegiados da atuação profissional, o conhecimento apurado desse processo torna possível realizar o tensionamento dessa perspectiva que se presentifica no cotidiano profissional.

É essa percepção profissional, nem sempre materializada nas relações entre assistente social e família de estudantes que recebem auxílios da assistência estudantil, relevante para leitura da realidade social e propor ações para o debate amplo sobre a Política de Assistência Estudantil implantada como mecanismo para auxiliar na garantia do direito a educação, contudo focalizar, através dos valores monetários, mínimos, na satisfação parcial de necessidades de estudantes como forma de contribuir para sua permanência e avanço na vida acadêmica.

A seleção de famílias pobres tem como sinalizador, a renda per capita considerada

---

<sup>4</sup> Neste contexto, ressalto serem populações negras pessoas afrodescendentes originárias dos povos da diáspora africana. Homens, mulheres, crianças e jovens que vivem em contexto histórico do racismo estrutural.

até um salário-mínimo e meio, vigente. Por famílias pobres, sobretudo originárias da população negra, entende-se o grupo familiar a presença ou não do homem para contribuir com a manutenção doméstica, incapaz de satisfazer as necessidades básicas para sobrevivência humana e isso inclui lazer, educação escolar, saúde física e mental, vestuário; dentre situações familiares similares.

É bem certo que as políticas sociais brasileiras através dos programas de transferência de renda implantados a partir de 1990, têm se curvado aos interesses econômicos e políticos da sociedade capitalista (YAZBEK, 1995) e, por se encontrarem base da refilantropização, como reatualização do conservadorismo do Serviço Social, não atendem ao princípio da universalização (BRASIL, 1993). Sendo esse modelo de assistência social entendida como “[...] conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão (YAZBEK, 1995, p. 9).

E, quando incapaz de proteger e manter membros dignamente, essa família, nesses domicílios cuja mulher é a cumeeira da casa, é a mulher- mãe-chefa quem se cadastra e participa da rede de serviços sociais governamentais e, compulsoriamente, é na figura feminina que centra a família e com ela a proteção, cuidados com a casa e a prole, além de atender as exigências de contrapartida e condicionalidades de programas governamentais a que estão inscritas.

A transferência de renda sozinha, não atende de modo a evitar a sobrecarga a mulher- mãe e responsável pelas despesas domésticas, o que a faz recorrer a solidariedade familiar, para garantia de uma proteção parcial, adentrar no mundo do trabalho, geralmente pelas portas da precarização laboral de meia jornada ou priva-se de bens e desembolsar valores para pagar a outras mulheres para cuidarem de suas crianças enquanto ela trabalha. Neste sentido a ausência de equipamentos públicos, como creche, constitui-se como parte integrante desses serviços sociais da Assistência Social que deveriam ser implantados pelo Estado, via políticas públicas sociais, pois

A insuficiência de serviços públicos na esfera dos cuidados penaliza mais as mulheres de famílias mais empobrecidas, à medida que “atrapalha” a inserção delas no mercado de trabalho, e aumenta o tempo de trabalho (não remunerado), na reprodução dos membros da família e ainda limita a cidadania feminina, à medida que inviabiliza sua inserção e permanência

qualitativa no mercado de trabalho e na participação das decisões coletivas. Se associarmos a pobreza à condição de raça-etnia, no caso das mulheres negras aumenta as dificuldades de inserção no mundo do trabalho (CARLOTO, 2015, p. 186).

Esse modelo parcial de atender ao princípio da universalização como prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) está acentuado na Política Nacional da Assistência Estudantil quando sua oferta não intenciona atender as demandas de estudantes com inscrições válidas e atendimento aos critérios descritos no barema utilizado para análise das informações sociofamiliares e econômicas.

No entendimento do mestre Paulo Freire (2013) é um erro a utilização do termo *evasão escolar*, o que ocorre é a *expulsão escolar*, se por um lado, a escola descumpri sua função social de possibilitar a concretude da cidadania de que a acessa, de certo provoca a expulsão daqueles e daquelas estudantes de famílias *vulneráveis*. Sendo a vulnerabilidade social consequência dos impactos provocados pelo padrão de desenvolvimento contemporâneo ao tempo que expressa a incapacidade de grupos sociais subalternizados para enfrentar (PIZZARO, 2001).

A categoria vulnerabilidade social é multidimensional e diante do empobrecimento da classe trabalhadora urbana e rural, precarização das formas como as pessoas são inseridas no mundo do trabalho, degradação dos serviços públicos, destaque, no cenário brasileiro a partir dos anos 1990, ameaças de direitos conquistados e a responsabilização na família pela proteção social e cuidado com membros familiares, tem sido resposta aligeirada para definir quem é pobre, embora ser vulnerável nem sempre é ser pobre. A vulnerabilidade expressão o *teoricismo acrítico* à medida que retualiza a matriz teórica positivista, fatalista e conservadora no âmbito do fazer profissional (BOSCHETTI, 2014).

O texto da Política Nacional da Assistência Social- PNAS (BRASI, 2004), expressa a categoria vulnerabilidade como parâmetro identificador de demandantes que necessitam de atendimento na área da assistência social (ALVARENGA, 2012). Embora a vulnerabilidade seja um dos critérios contidos nas políticas sociais implantadas sob ditames da política econômica neoliberal (FRANCO, 2011), para mediar o grau de insatisfação das necessidades humanas de quem acessa, por exemplo, os Centros

Referências Assistência social- CRAS, ainda assim, não se consegue alcançar a subjetividade de quem sobrevive em condições precárias. Não somente pobreza material a de se considerar para essa identificação, mas o conjunto de elementos promotores do bem-estar social, já mencionados. Os casos de pessoas da classe média que, provisoriamente, foram acometidas por desastres naturais, como inundações, essas pessoas estão passando por momento vulnerável, mas tão logo a situação seja estabilizada, elas voltarão para a normalidade cotidiana.

Nesse patamar de análises, que discorre sobre a mensuração da pobreza material como base para acesso a programas da assistência estudantil, estudantes membros de famílias monoparentais femininas, convivem com a sobreposição de marcadores sociais de diferenciação (LORDE, 2002) se se considerar a que sua questão étnico-racial e de gênero: a provisão domiciliar é de responsabilidade de uma mulher negra, como bem demonstram o quantitativo de e; estudantes cuja mãe é responde pelas despesas do domicílio.

Com base nas respostas de formulários elaborado pela assistente social do campus, de 153 respostas, 64,4% responderam que sua mãe é a principal provedora doméstica e, 38,6% responderam, não. Em 2022, o universo de 118 resposta, a porcentagem representativa da categoria chefia familiar, foi de 50,0%. Já em 2023, de 198<sup>5</sup> inscrições, 58,6 afirmaram ser a mãe a provedora e, 41,4%, respondera, não. A quantidade expressiva de mães de estudantes, sobrecarregadas de responsabilidades é fator preocupante.

São essas famílias monoparentais femininas, categoria responsável pela manutenção de seus domicílios, a quem é atribuída, pela Política de Assistência Social, a responsabilização dos encargos familiares e condicionalidades de programas socioassistenciais de transferência de renda. Mulheres-mães- chefia familiar de classe popular, *cumeeira da casa*, no cotidiano, estão expostas a violações de seus direitos humanos. A violência de gênero e racial tem contribuído para aumentar o feminicídio de mulheres negras<sup>6</sup> e a formação de famílias chefiadas por mulheres, por serem mulheres

---

<sup>5</sup> Dados parciais entre jan. e fev/2023.

<sup>6</sup> Dados oficiais do Atlas da Violência. Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras.

marcadas pelo desprezo, estigma *as negas dele*, imagem antimusica e objetificação (FRANCO, 2017; CARNEIRO, 2010) a ocuparem espaços laborais em condições subumanas, serem vitimizadas pela violência obstétrica. A discriminação de gênero, racial e de classe responde pelas marcas irreversíveis na vida dessas mulheres, pois

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nessa sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada de trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. (hooks, 2015, p. 207)

A reflexão sobre a condição social da mulher - mãe - negra - pobre e cumeeira da casa, contribui para visibilidade do fenômeno social chefia familiar feminina de classe popular secular (DIAS, 1995), mas naturalizado por se referir a mulheres afrodescendentes com estigma de aguentarem dores e sofrimentos por serem fortes, *guerreiras*, ou seja o humano é invisibilizado, seus sentimentos como mulher-mãe e chefe de sua família saem de cena e o título de *guerreira*, que não enaltece a figura dessa mulher, mas camufla o racismo antinegro estruturado na sociedade brasileira a partir do pensamento assimétrico de dominação de colonizadores e colonizadas sobre a população negra, nesse caso, mulheres negras (CUNHA JÚNIOR, 2019).

Não obstante essa simbologia em ser guerreira invisibiliza a ressignificação do ser mulher-mãe, negra e pobre e resistir a

[...] uma sobrecarga de responsabilidades para apenas um dos genitores e, quando recai sobre a figura feminina, esta é obrigada a responder às necessidades de ordem econômica, numa sociedade em que o mercado de trabalho insiste em subjugar a mão de obra feminina – relegada aos piores postos de trabalho, aos piores salários. Isto, associado à categoria pobreza, já instalada historicamente no cotidiano dessa mulher, pode, conseqüentemente, acirrar ainda mais as precárias condições de sobrevivência de grupo familiar (FRANCO, 2011, p. 35).

Baseada na epistemologia feminista negra, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres pobres não se traduzem em *feminização da pobreza* (), mas por serem essas mulheres, exploradas como trabalhadoras, vilipendiadas do direito de ascender academicamente e o não acesso a políticas públicas que aliviem a sobrecarga com os

---

(IPEA- 2021).

cuidados familiares, tendem a sobreviverem de forma precária, haja vista as condições que lhes são impostas para responder às demandas sociofamiliares.

### 3.0 Breves considerações finais

Toda essa discussão baseada nas dimensões teórico- metodológica, técnico-operativo e ético-política do exercício profissional, entrelaçou o Serviço Social com o pensamento feminista negro insurgente para desentranhar o fenômeno social família monoparental feminina preta e pobre, das demandas de estudantes<sup>7</sup> que acessam os programas da assistência estudantil e membros de famílias marcadas pela raça/etnia, classe social e gênero.

Tem-se observado, no exercício profissional o entrelaçamento das demandas aparentes, a exemplo das solicitações de auxílios advindas de tais estudantes, não obstante a subjetividade envolta do problema social apresentado, torna-se desafio para a profissional o desentranhado do indizível e indagações insurgentes; como se dão as relações sociais nos domicílios chefiados por mulheres negras e pobres e de como esse problema social contribui para atender aos objetivos da Política Nacional da Educação? Por que a categoria família monoparental feminina preta e pobres não é critério relevante para a seleção dos auxílios da assistência estudantil?

Problematizações relacionadas com o exercício profissional do Serviço Social foram desenvolvidas ao longo destes escritos, pois a materialização do Projeto Ético Político tem sua base na criticidade ao fatalismo e messianismo, práticas conservadoras e imediatistas. Necessário se faz dar musculatura à dimensão técnico- operativa e educativa profissional, mediada pela instrumentalidade para ser capaz de ler a realidade social a fim de intervir e propor ações impactantes na vida de mulheres- mães-pretas e pobres que assumem a responsabilidade da família monoparental.

Por tanto a pretensão de visibilizar a simbologia da mãe *guerreira*, que resiste às mazelas sociais, a opressão de gênero, raça/etnia e classe social adensada com o estigma de mãe chefe de família foi para reafirmar a condição de sujeitas que possibilitam a seus filhos e filhas a oportunidade de usufruírem do direito a uma educação de qualidade, ensino

---

<sup>7</sup> Do IFBAIANO- *campus* Governador Mangabeira.

técnico profissionalizante.

Mulheres-mães- pretas- pobres e principal provedora do domicílio é humana, tem sentimentos, dores, choram, amam, são desprezadas, oprimidas, buscam o melhor para filhos e filhas e para si, querem trabalhar dignamente, estudar, ter visibilidade na sociedade e não são *guerreiras*, mas vitimizadas pela herança histórica do escravismo criminoso perverso e opressor que a descredencia de possuir vida digna e bens que melhore sua sobrevivência humana por isso, são normais e não *guerreira*.

Em meio as transformações societárias em decorrência da instabilidade econômica do país que recai, principalmente, sobre a população em situação de pobreza, destaque mulheres responsáveis pela manutenção familiar, são desdobramentos da questão social e as e os assistentes sociais são profissionais com perfil para atuarem e romperem com os ideais conservadores, fatalistas, messiânicos, alienantes e, a partir da dimensão ético- política e competência profissional, e escuta para o indizível; são profissionais que optam por um projeto profissional pautados nos valores universalistas e humanos. Sendo assim, as competências e atribuições profissionais devem se pautar nos instrumentos legais: Código de Ética Profissional de 1993, a Lei Nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Serviço Social e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS-1996 para materialização do Projeto Ético Político Profissional.

## REFERENCIAS

ALMEIDA. Ney Luiz Teixeira de. “O Serviço Social na Educação”. **Revista Inscrita**, Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, n. 6, p. 19-24, 2000.

ALVARENGA. M. S. **Risco e vulnerabilidade**: Razões e implicações para o uso no Política Nacional de Assistência Social. Espírito Santo, 2012. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.

BRASIL. Atlas da Violência 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº7.234/2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Lei Nº 8.742/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília (DF), 1993.

CARLOTO, Maria Cássia. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Silva Marta; CARLOTO, Maria Cássia, (Orgs.). **Familismo, Direito e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 179-210.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CARVALHO. Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. do C.B. de et al. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2006, p.15- 22.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?, p. 65-86, abr. 2019.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. ver. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. As “negas” dele: violência racial intragênero e marcas do brasil colônia em contextos rurais baianos no século XXI. **Anais V ENLAÇANDO...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo>.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. **Driblar e aprender a jogar: as estratégias de sobrevivência de mulheres chefes de família de classes populares**. 2011. 105 f. Dissertação (mestrado)-Universidade Católica do Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, Salvador, 2011.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

hooks. Bell. Mulheres negras. Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29.ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, Flaviana Aparecida de. **Instrumentalidade e os Instrumentais Técnico Operativo no Cotidiano Profissional Dos(as) Assistentes Sociais no Âmbito de Suas**

**Ações Desenvolvidas Nos Diversos Espaços Ocupacionais.** Disponível em: [https://ambitojuridico.com.br/cadernos/outros/instrumentalidade-e-os-instrumentais-tecnico-operativo-no-cotidiano-profissional-dos-assistentes-sociais-no-ambito-de-suas-acoes-desenvolvidas-nos-diversos-espacos-ocupacionais/amp/#\\_ftn1](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/outros/instrumentalidade-e-os-instrumentais-tecnico-operativo-no-cotidiano-profissional-dos-assistentes-sociais-no-ambito-de-suas-acoes-desenvolvidas-nos-diversos-espacos-ocupacionais/amp/#_ftn1). Acesso em: 20 dez. 2021.

MENDES, Mary Alves. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. UFPE. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., Ouro Preto: MG, nov. 2002. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/.../GT\\_Gen\\_ST38\\_mendes\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/.../GT_Gen_ST38_mendes_texto.pdf). Acesso em: 1 jan. 2022.

MIOTO, Célia Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Silva Marta; CARLOTO, Maria Cássia, (Orgs.). **Familismo, Direito e Cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015, p.147-178.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. (coleção questões da nossa época).

PIZARRO, R. **La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina.** Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, n.6).

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação categoria fundamental para o trabalho do assistente social.** Capacitação em Serviço Social e Política social. Módulo 04. Brasília, UNB, 2000.

SARTI, Cynthia. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. domC.B. de (Org.). **A família contemporânea em debate.** 7. ed. São Paulo: EDUC-Cortez, 2006, p. 39-49

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 183-204, maio/ago. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. "A Política Social Brasileira nos anos 90: A Refilantropização da Questão Social". Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social. 3. Ed. São Paulo: ABONG; CNAS. 1995

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, (UFRJ), v.18, 1º sem., p. 72-94, 2008.

YAZBEK. Maria Carmelita. Capitalismo e desigualdade: dialogando com Maria Carmelita Yazbek. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 14-20, jan./abr. 2016.

YAZBEK. Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020.

YOLANDA. Guerra. A instrumentalidade no trabalho do serviço social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, maio 2007, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 2007.